

## CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

### ATA DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODEFAT

**Data:** 12 de abril de 2010.

**Local:** Sede do BNDES – Avenida República do Chile, nº 100, 10º andar – Rio de Janeiro/RJ

**PARTICIPANTES:** Luigi Nese, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS; Carlo Roberto Simi, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Suplente Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Selmo Aronovich, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; Renato Antônio Henz, Conselheiro Suplente Representante do MAPA; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Ubiraci Dantas de Oliveira, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Suplente Representante da CTB; Nelson de Abreu Pinto, Conselheiro Titular Representante da CNTur; e, José Carlos de Souza Abrahão, Conselheiro Titular Representante da CNS – Saúde. **Convidado:** Nilton Vasconcelos, Presidente do FONSET.

1 Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dez, na Sede do Banco Nacional de Desenvolvimento  
2 Econômico e Social - BNDES, teve início a Quinquagésima Sétima Reunião Extraordinária do  
3 Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, sob a presidência do  
4 Conselheiro Titular Representante da CNS, Sr. Luigi Nese. **I - ABERTURA.** O Presidente saudou  
5 a todos e, em seguida, agradeceu à direção do BNDES pela acolhida e cessão do espaço físico para  
6 a realização da presente reunião. Na sequência, passou ao **II – APRESENTAÇÃO: ITEM 1 - Pelo**  
7 **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, temas: 1.1 - Papel do**  
8 **BNDES na implantação das Políticas Governamentais de Desenvolvimento / Atuação na crise;**  
9 **1.2 - Planejamento Estratégico 2010/2014; 1.3 - Operações diretas – Ciclo operacional; 1.4 -**  
10 **Desempenho operacional/financeiro do BNDES – 2006 a 2009; 1.5 - O BNDES e o Emprego;**  
11 **1.6 - Atuação social do BNDES; 1.7 - Apoio a micro e pequenas empresas; 1.8 - Apoio aos**  
12 **setores intensivos em conhecimento; 1.9 - Destaques Estratégicos: Projetos de infra-estrutura,**  
13 **em especial energia elétrica, petróleo e transportes.** O Vice-Presidente do BNDES, Sr. Armando  
14 Mariante Carvalho, deu as boas vindas a todos, declarando que era uma honra para o BNDES  
15 receber em sua sede os Conselheiros do CODEFAT. Registrou que o Presidente do BNDES, Sr.  
16 Luciano Coutinho, havia sido convocado para uma reunião em São Paulo, razão pela qual não

17 poderia participar da abertura dos trabalhos, tendo deixado um abraço caloroso a todos os presentes.

18 Na sequência, o Presidente passou ao **SUBITEM 1.1 - Papel do BNDES na implantação das**

19 **Políticas Governamentais de Desenvolvimento / Atuação na crise.** O Vice-Presidente do

20 BNDES relatou que o Banco havia sido criado em junho de 1952, portanto estava prestes a

21 completar 58 anos de existência. Informou que no ano de 2009 o BNDES desembolsou R\$137,0

22 bilhões, o maior da história do Banco dentro de um exercício, tendo sido registrada cerca de 400 mil

23 operações de crédito. Observou que o BNDES contava com 2.400 empregados, que atendiam a

24 crescente demanda por recursos de longo prazo no país, agravada após a crise de setembro de 2008.

25 Explanou que o BNDES tinha como foco principal de atuação a manutenção da atividade

26 econômica e o apoio à retomada e a perenidade dos investimentos, sempre visando redução de

27 custos e ampliação de créditos, com ênfase especial para as pequenas e médias empresas, a

28 capacidade produtiva e a infraestrutura. Afirmou que o Banco havia sido responsável por 37% da

29 contribuição ao crédito bancário no período de meados de 2008 a fevereiro de 2010. Declarou que o

30 BNDES tomou algumas medidas visando minimizar os efeitos da crise financeira mundial, que teve

31 início em setembro de 2008, sobre a economia brasileira, tais como: i) lançamento do Programa

32 Especial de Crédito, voltado para capital de giro; ii) ampliação do Refin – refinanciamento através

33 dos agentes financeiros para micro, pequenas e médias empresas; iii) ampliação do Cartão BNDES,

34 que contava atualmente com cerca de 250 mil unidades; iv) criação de um programa de capital de

35 giro voltado para os Estados; e, v) lançamento do Programa de Sustentação do Investimento – PSI,

36 com taxa de juros fixa para o empresário, equalizado pelo Tesouro Nacional, de 4,5% ao ano,

37 direcionado para a inovação, exportação e bens de capital. O Vice-Presidente finalizou, destacando

38 que o pior da crise havia passado, acrescentando que o BNDES tinha a expectativa de que o Brasil

39 atravessaria o ano de 2010 com tranquilidade, com crédito presente no mercado. Em seguida, o

40 Presidente passou ao **SUBITEM 1.2 - Planejamento Estratégico 2010/2014.** O Diretor de

41 Planejamento do BNDES, Sr. João Carlos Ferraz, enfatizou a importância do FAT para o BNDES,

42 essencial para a sobrevivência do Banco como instituição, e também do CODEFAT, a quem

43 competia tomar decisões com relação aos recursos do Fundo. Destacou que o BNDES era uma

44 instituição 100% pública, necessitando diversificar as fontes de recursos de modo a continuar

45 crescendo, pois sua dependência somente ao FAT ou ao Tesouro Nacional não asseguraria um

46 Banco forte. Registrou que a missão do BNDES era promover o desenvolvimento sustentável e

47 competitivo da economia brasileira com geração de empregos e redução das desigualdades sociais e

48 regionais. O Diretor de Planejamento finalizou, informando sobre algumas metas para o ano de

49 2010: i) geração/manutenção de 3,9 milhões de empregos; ii) incremento de 70% no

50 desenvolvimento regional; iii) crescimento de 158% no desenvolvimento sócio-ambiental; e, iv)

51 acréscimo de 100% em inovação. Prosseguindo, o Presidente passou ao **SUBITEM 1.3 -**

52 **Operações diretas – Ciclo operacional.** O Superintendente da Área de Planejamento do BNDES,  
53 Sr. Cláudio Leal, explicou que operação direta era toda aquela cujo valor de financiamento fosse  
54 superior a R\$10,0 milhões, ressaltando que havia algumas exceções, que no momento não valeria a  
55 pena serem abordadas. Declarou que o modelo operacional, aprovado pelo BNDES em 2009,  
56 dividiu as operações em dois tipos, a saber: 1) operação simplificada – o cliente apresenta excelente  
57 classificação de risco, o projeto valor baixo em relação aos ativos da empresa, e o mutuário já é  
58 conhecido do BNDES; e, 2) operações clássicas – todas as outras que não se enquadrassem em  
59 nenhuma das três características anteriores. Relatou as principais fases que envolviam o exame de  
60 um projeto: i) análise; ii) aprovação; iii) contratação; iv) liberação; e, v) acompanhamento. Em  
61 seguida, apontou as etapas de uma solicitação de financiamento junto ao BNDES: I) Cliente -  
62 submete ao BNDES uma carta-consulta, que era um formulário com informações básicas a respeito  
63 da empresa/projeto; II) Departamento de Prioridades - recolhe informações a respeito da  
64 empresa/projeto com a área operacional do BNDES afeita ao setor para posterior encaminhamento à  
65 área de crédito; III) Área de Crédito - efetua a classificação de risco da empresa/projeto; IV)  
66 Departamento de Crédito – de posse da classificação de risco, prepara um documento intitulado de  
67 Instrução de Enquadramento; V) Comitê de Enquadramento e Crédito – delibera a respeito da  
68 aderência do projeto às políticas operacionais do BNDES. Explicou que uma vez enquadrada à  
69 carta-consulta pelo Comitê supramencionado, esta passava para a fase de análise, tendo a empresa  
70 um prazo para apresentar o projeto à área operacional, que após efetuar os estudos necessários  
71 emitia um Relatório de Análise, o qual era submetido à diretoria do BNDES para deliberação final  
72 sobre a solicitação de financiamento. Esclareceu que o prazo no BNDES, do recebimento da carta-  
73 consulta até a deliberação final da Diretoria, apresentava uma média de 182 dias, observando que o  
74 prazo máximo estabelecido em resolução do Banco era de até 210 dias. Observou que boa parte  
75 desse prazo se referia à estruturação de garantias, ressaltando a criação, no último ano, do Fundo  
76 Garantidor de Investimentos – FGI, o qual seria apresentado por outro técnico do Banco. O Chefe  
77 de Departamento, Sr. Marcelo Porteira Cardoso, esclareceu que o FGI havia sido criado com o  
78 objetivo de mitigar o risco de crédito, principalmente em operações indiretas, que eram aquelas com  
79 valor inferior a R\$10,0 milhões e conduzidas pelos agentes financeiros credenciados pelo BNDES,  
80 que por sua vez ficavam com o risco da operação. Destacou que o BNDES criou o FGI de modo a  
81 incentivar os agentes financeiros a operarem um maior volume de recursos para micro, pequena e  
82 média empresa. Relatou que o BNDES operava como administrador do FGI, detendo a gestão ativa  
83 dos recursos, os quais estavam segregados do patrimônio do BNDES, da União e dos demais  
84 cotistas do Fundo. Explicou que o FGI contava com a possibilidade de aportes de cotistas privados,  
85 bem como que começava garantindo repasses do BNDES, sendo que futuramente garantiria  
86 operações de instituições financeiras cotistas do Fundo. Finalizou, registrando que o FGI contava

87 atualmente com um patrimônio de aproximadamente R\$760,0 milhões, que com alavancagem de  
88 doze vezes, apresentava um potencial de garantia de financiamento superior a R\$9,0 bilhões, valor  
89 bastante significativo para o segmento das micro, pequenas e médias empresas. Em seguida, o  
90 Presidente passou ao **SUBITEM 1.4 - Desempenho operacional/financeiro do BNDES – 2006 a**  
91 **2009.** O Superintendente da Área Financeira e Conselheiro Titular Representante do BNDES, Sr.  
92 Selmo Aronovich, informou que apresentaria a parte financeira, e o Sr. Gabriel Visconti a parte  
93 operacional. O Conselheiro do BNDES explicou que o Banco funcionava como uma *holding*,  
94 operando através de três subsidiárias: i) BNDESPAR, de participações e investimentos de renda  
95 variável, que fechou o ano de 2009 com ativos de R\$50,0 bilhões; ii) Agência Especial de  
96 Financiamento Industrial - FINAME, que atuava com operações de financiamento a máquinas e  
97 equipamentos, essencialmente via agentes financeiros; e, iii) BNDES Limited – subsidiária  
98 internacional, não operacional. Relatou que os ativos totais do Banco, ao final de 2009, haviam  
99 alcançado R\$280,0 bilhões. Registrou que o BNDES tinha por estratégia trabalhar com o menor  
100 percentual de *spread* possível, ressaltando que para isso era importante trabalhar com renda  
101 variável. Ponderou que o BNDES, dado o seu perfil, extraía renda essencialmente de duas fontes:  
102 i) operações de crédito; e, ii) renda variável; ressaltando que outras instituições bancárias  
103 apresentavam carteira de aplicação mais diversificada, o que nunca foi o foco do BNDES. Afirmou  
104 que o BNDES tinha por meta financeira o crescimento do capital próprio em pelo menos 5% reais  
105 ao ano, dada a sua estrutura de pagamento de dividendos e de tributos, e a receita que obtinha com  
106 outros ativos. O Conselheiro do BNDES finalizou, destacando que os recursos do FAT eram  
107 essenciais para o BNDES, ponderando que a idéia seria diversificar a fonte de recursos,  
108 acrescentando que captar recursos a custo de mercado significaria repassar, financiar um  
109 investimento a custos mais caros. Na sequência, o Chefe do Departamento de Orçamento do  
110 BNDES, Sr. Gabriel Visconti, apontou que os desembolsos do BNDES, no período de 2006 a 2009,  
111 aumentaram de R\$51,0 bilhões para R\$137,0 bilhões, um crescimento de 165%, o que era um  
112 resultado excepcional. Informou que o número de operações de crédito para micro, pequena e média  
113 empresa cresceu significativamente, saindo de 61 mil operações em 2006 para cerca de 270 mil em  
114 2009, havendo evolução também quanto ao número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -  
115 CNPJ. Destacou a emissão de 254 mil Cartões BNDES até dezembro de 2009, com o volume  
116 desembolsado de R\$2,5 bilhões, sendo o produto que mais havia crescido no BNDES. Enfatizou  
117 que o Programa de Sustentação do Investimento - PSI, em apenas seis meses de operação, registrou  
118 contratações no montante de R\$46,0 bilhões. Declarou que o BNDES desembolsou R\$43,5 bilhões  
119 em 2009 no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o que representou 32% do  
120 total desembolsado pelo Banco no período. Finalizou, destacando que a meta de desembolso do  
121 BNDES, para o exercício de 2010, seria da ordem de R\$126,0 bilhões. Na sequência, o Presidente

122 passou ao **SUBITEM 1.5 - O BNDES e o Emprego**. O Chefe do Núcleo de Avaliação e Emprego,  
123 Sr. Roberto Pereira, esclareceu que esse Núcleo tinha como foco de trabalho mudar a visão do  
124 Banco sobre os projetos, passando de projeto de engenharia para projeto de desenvolvimento, pois  
125 impactava, dentre outros, a sociedade, o emprego e o meio ambiente. Destacou que um projeto  
126 poderia beneficiar o mutuário demandante de investimento, a cadeia produtiva desse mutuário, o  
127 seu território ou, então, todas essas dimensões e locais, explicando que para cada cruzamento  
128 haveria diversos tipos de impactos possíveis a serem estudados e medidos. Relatou que o efeito dos  
129 recursos do BNDES, sobre o emprego, poderia ser separado em dois momentos: 1) fase de  
130 implantação do projeto – aplicação dos investimentos; e, 2) fase de operação – pós-investimentos.  
131 Esclareceu, quanto à fase de implantação, que o BNDES havia construído um Modelo que estimava  
132 a quantidade de empregos gerados de acordo com o aumento da demanda e da produção de um  
133 determinado setor, ou seja, a partir do total de desembolsos que o Banco operou em um  
134 determinado ano, o Modelo procurava estimar a quantidade de empregos relacionados a esses  
135 investimentos apoiados. Relatou que a geração de emprego era dividida em três modalidades: i)  
136 emprego direto – gerado no setor que estava produzindo os bens adicionais; ii) emprego indireto –  
137 gerado na cadeia produtiva do setor; e, iii) efeito renda – emprego gerado a partir da renda dos  
138 trabalhadores contratados direta ou indiretamente. Destacou que no ano de 2009 foram gerados e/ou  
139 mantidos cerca de 4,5 milhões de empregos relacionados aos investimentos do BNDES, explicando  
140 que chegaram a esse valor aplicando ao Modelo o total de desembolsos do Banco e a sua  
141 destinação. Explicou que a mensuração do emprego nas empresas apoiadas (pós-investimento) era  
142 bem mais complexa, haja vista que o nível de emprego nas empresas dependia de fatores  
143 conjunturais, de sazonalidade, de mercado, enfim, de diversas variáveis que não dependiam apenas  
144 do financiamento do BNDES. Observou que a solução para esse problema se deu por meio da  
145 utilização de uma metodologia importada da área da saúde, que trabalhava a partir de comparação  
146 com um grupo de controle, de modo que realizaram um estudo piloto, em conjunto com o Instituto  
147 de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, comparando um grupo de empresas apoiadas pelo  
148 BNDES com um grupo de empresas semelhantes, ou seja, mesmas características, tamanho, porte,  
149 localidade e desempenho econômico-financeiro. Registrou que esse estudo piloto permitiu concluir  
150 que as empresas apoiadas pelo BNDES, em comparação as empresas do grupo de controle,  
151 apresentaram crescimento de 27% na geração de emprego, de 3% na remuneração média e de 0,6%  
152 na escolaridade média. O Chefe do Núcleo de Avaliação e Emprego finalizou, ressaltando que o  
153 percentual de 27% não significava, necessariamente, crescimento de geração de empregos, mas sim  
154 que as empresas apoiadas apresentaram resultados melhores que àquelas não apoiadas, podendo até  
155 ter ocorrido demissões, mais em menor nível. O Presidente enfatizou que o setor de serviços era o  
156 maior empregador do País e que o setor de saúde também respondia por um expressivo número de

157 postos de trabalho, porém, ao seu entender, não se encontravam prestigiados no plano estratégico do  
158 BNDES. Em seguida, abriu as inscrições para manifestação sobre os temas que havia acabado de  
159 ser apresentado. O Conselheiro Titular Representante da CNS – Saúde, Sr. José Carlos de Souza  
160 Abrahão, ressaltou que o setor contava com cerca de 3 milhões de trabalhadores e 220 mil  
161 estabelecimentos de serviços de saúde, solicitando ao BNDES que fosse conferida ao setor a devida  
162 importância. O Diretor de Planejamento do BNDES esclareceu que não havia nenhuma prevenção  
163 setorial, sendo aplicado a todos o mesmo tratamento, acrescentando que reconhecia a importância  
164 dos setores de serviços e de saúde na geração de empregos. Na sequência, o Presidente declarou  
165 intervalo de uma hora para o almoço. Reiniciando os trabalhos, o Presidente abriu novamente as  
166 inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular Representante da CGTB, Sr. Uiraci Dantas de  
167 Oliveira, elogiou e reconheceu o esforço realizado pela direção do BNDES no sentido de efetuar  
168 uma apresentação ao CODEFAT sobre o funcionamento do Banco. Manifestou que considerava  
169 muito importante o FGI, ressaltando que esse Fundo deveria contar com um volume maior de  
170 recursos. Apontou que a participação das micro, pequenas e médias empresas, que representavam a  
171 base do emprego no País, ainda era muito tímida no percentual de desembolsos do BNDES,  
172 ponderando que isso não contribuía de forma nenhuma para avançar significativamente na questão  
173 do emprego. O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do  
174 Nascimento, ressaltou a importância dessa reunião no BNDES, sugerindo a incorporação na agenda  
175 do Conselho, sempre que necessário, de outras reuniões com o principal agente financeiro e  
176 operador dos recursos do FAT, ao que o Presidente informou que já estava sendo registrado pela  
177 Secretaria Executiva do CODEFAT. Prosseguindo, o Conselheiro da UGT destacou o crescimento  
178 dos desembolsos para a região nordeste, inquirindo se esse aumento havia sido capilarizado, ou  
179 concentrado em algum estado. Arrazou, quanto as micro e pequenas empresas, tomando por base  
180 2007 e 2009, que o número de operações de crédito cresceu de 70 mil para 230 mil, enquanto o  
181 desembolso aumentou de R\$6,0 bilhões para R\$11,0 bilhões, questionando sobre essa  
182 desproporcionalidade. Relatou que considerava o Cartão BNDES um sucesso absoluto, solicitando  
183 que fosse informado o quantitativo de cartões emitidos por porte de empresa, por setores de  
184 atividade econômica e por região. Parabenizou o BNDES pela apresentação da metodologia de  
185 aferição de emprego, no entanto, ressaltou que a mesma deveria ser mais aberta, a fim de refletir a  
186 diversidade de segmentos econômicos. Concluiu, apontando a necessidade de se finalizar a questão  
187 da consulta à Advocacia-Geral da União - AGU, ressaltando que os demais agentes financeiros  
188 encaminhavam todas as informações solicitadas pelo CODEFAT. O Conselheiro Titular  
189 Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo, afirmou que se deveria defender o BNDES,  
190 enquanto instituição dos brasileiros e da nação brasileira, mas cobrando e ajudando para o  
191 cumprimento de seu papel, especialmente quanto ao desenvolvimento social. Observou que muitas

192 empresas que utilizavam recursos do BNDES deixavam de se atentar para o aspecto social,  
193 registrando que considerava importante discutir essa questão. Finalizou, defendendo o  
194 financiamento, por parte do BNDES, para o público da economia solidária, haja vista a sua  
195 dificuldade na obtenção de crédito. O Conselheiro Titular Representante da Força Sindical, Sr.  
196 Sérgio Luiz Leite, destacou a importância de aumentar o crédito para as micro e pequenas  
197 empresas, ponderando que o crescimento da geração de emprego formal levava a um aumento dos  
198 recursos do FAT e, por sua vez, a uma elevação das disponibilidades monetárias para o BNDES, em  
199 função da destinação constitucional de 40% dos recursos do FAT para o BNDES. O Conselheiro  
200 Titular Representante da CNTur, Sr. Nelson de Abreu Pinto, parabenizou a direção do BNDES por  
201 ter viabilizado a presente reunião, destacando a importância do Cartão BNDES e do FGI. Solicitou  
202 a realização de uma reunião com o BNDES para tratar especificamente do setor de turismo, de  
203 modo que a linha de crédito de R\$1,0 bilhão aprovada pelo BNDES para o setor de hotelaria  
204 pudesse abranger mais segmentos do setor turístico, visando à preparação das cidades, e seus  
205 entornos, para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas. O Presidente do FONSET, Sr.  
206 Nilton Vasconcelos, congratulou a equipe do BNDES e, em seguida, observou que no  
207 estabelecimento de metas do BNDES, para o exercício de 2010, havia uma perspectiva de redução  
208 no número de empregos mantidos e gerados, comparativamente com o ano de 2009, inquirindo se  
209 isso estaria relacionado a um entendimento do BNDES de que se estaria no caminho do  
210 investimento sem emprego. O Conselheiro Suplente Representante da CTB, Sr. Joilson Antônio  
211 Cardoso do Nascimento, elogiou a equipe do BNDES pelas apresentações e, na sequência, apontou  
212 que o Banco, por contar com recursos do FAT, necessitaria tratar a questão do emprego tanto pelo  
213 lado quantitativo quanto qualitativo. Destacou a importância do debate permanente entre o  
214 CODEFAT e o BNDES, especialmente sobre a destinação dada aos recursos do FAT presentes no  
215 Banco. O Presidente passou a palavra à equipe do BNDES para os esclarecimentos. O Diretor de  
216 Planejamento do BNDES declarou que o Banco recebia com satisfação a demanda do CODEFAT  
217 por mais reuniões, observando que as preocupações manifestadas pelos Conselheiros poderiam ser  
218 resumidas em dois temas centrais: i) emprego; e ii) micro e pequena empresa. Explicou que o  
219 BNDES trabalhava com a percepção de que a taxa de crescimento do investimento deveria ser  
220 superior à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, o que garantiria a sustentabilidade a  
221 longo prazo da economia. Destacou que o crescimento da economia havia puxado o emprego  
222 formal de uma maneira inesperada, pelo menos do ponto de vista da maior parte dos analistas.  
223 Registrou, com relação ao emprego, que se deveria olhar principalmente o investimento,  
224 independentemente do tamanho da empresa, razão pela qual sugeriu a realização de um debate  
225 específico sobre investimento e emprego, de modo a verificar a relação entre um e outro e, assim,  
226 compreender melhor a sua dinâmica. O Presidente considerou a sugestão do debate essencial,

227 considerando a visão distinta entre as partes sobre o assunto. Prosseguindo, o Diretor de  
228 Planejamento do BNDES defendeu uma solução de consenso para a questão da AGU, que tratava  
229 de transferência de informações do BNDES para o sistema do MTE. Relatou que estava em via de  
230 assinatura um convênio de cooperação técnica entre o BNDES e o MTE, o qual permitiria ao  
231 Núcleo de Avaliação e Emprego abrir os dados relativos à mensuração de empregos. Reconheceu  
232 que a participação do BNDES no financiamento das micro e pequenas empresas ainda era  
233 insuficiente, devendo o Banco verificar se estava na trajetória correta, registrando a existência de  
234 um grupo de trabalho, de distintas áreas, estudando a política de relacionamento do BNDES com os  
235 agentes financeiros a fim de verificar a necessidade, ou não, de revisão das condicionalidades  
236 definidas pelo BNDES. Informou sobre a participação no valor desembolsado, no âmbito do Cartão  
237 BNDES, por porte de empresa e por setor: i) 70% micro empresa, ii) 22% pequena empresa; iii) 7%  
238 média empresa; iv) 49% setor de comércio; v) 28% setor de indústria; e, vi) 21% setor de serviços.  
239 Esclareceu, com relação à questão social, que as áreas do BNDES estavam em um momento de  
240 rever como se olhava as empresas, de maneira a valorizar os ativos denominados intangíveis.  
241 Finalizou, ponderando que discordava da afirmação de que estavam caminhando para o crescimento  
242 sem emprego, ressaltando a relação direta entre desembolso e geração de empregos. O Presidente  
243 observou que dado o adiantado da hora, alguns Conselheiros teriam que se retirar em breve, razão  
244 pela qual solicitou que se passasse aos itens de deliberação. **III - ASSUNTOS PARA**  
245 **DELIBERAÇÃO: ITEM 2 - Proposta de Resolução que dispõe sobre a prorrogação do**  
246 **período de recepção, em caráter excepcional, para o estado do Amapá referente à proibição**  
247 **da pesca pelo IBAMA conforme Portaria nº 48, de 5 de novembro de 2007.** O Secretário-  
248 Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly, Informou que mais de 3 mil pescadores  
249 haviam deixado de solicitar o benefício do seguro-desemprego dentro do período do defeso em  
250 decorrência da não emissão da carteira de Registro Geral da Pesca - RGP pelo Ministério da Pesca e  
251 da Aquicultura, restando prejudicado o recebimento do auxílio financeiro no período da proibição  
252 da pesca, conforme previsão legal. Relatou que algumas entidades representativas dos pescadores  
253 solicitaram ao MTE, em caráter excepcional, que fosse prorrogado até 15 de abril próximo o prazo  
254 para a recepção do benefício Seguro-Desemprego Pescador Artesanal. O Presidente indagou se  
255 havia alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Proposta de Resolução em  
256 tela. Em seguida, passou ao **ITEM 3 - Proposta de Resolução que estabelece diretrizes e**  
257 **critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos**  
258 **estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou**  
259 **intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como**  
260 **parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-**  
261 **Desemprego.** A Titular da Coordenação-Geral de Certificação e Orientação Profissional -



262 CGCOP/DEQ, Sra. Ana Paula da Silva, esclareceu que a Resolução CODEFAT nº 575, de 28 de  
263 abril de 2008, havia sido instituída antes da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008,  
264 que estabeleceu a Chamada Pública de Parcerias, necessitando de revisão para correção de  
265 conceitos e inclusão de sugestão dos gestores técnicos do MTE e das entidades convenientes.  
266 Destacou a proposta que se referia a articulação da qualificação profissional com a educação  
267 formal, especialmente daqueles que estivessem em idade para trabalhar, cujas ações deveriam ser  
268 voltadas ao atendimento de jovens e adultos inscritos no ensino médio regular ou na educação de  
269 jovens e adultos – EJA. Explicou que em atendimento as sugestões emanadas pelo Grupo de Apoio  
270 Técnico ao CODEFAT – GTFAT, ficou estabelecido que o convênio seria firmado com as  
271 secretarias estaduais de trabalho, com a interveniência das secretarias estaduais de educação. Em  
272 seguida, listou as principais alterações/revisões, a saber: i) priorização dos trabalhadores  
273 cadastrados nos postos do SINE; ii) redefinição dos percentuais das ações formativas – aulas e  
274 seminários; iii) inclusão das Formas Alternativas Geradoras de Renda – FAGR como modalidade  
275 de inserção no mercado de trabalho; iv) previsão do momento e do desconto a ser efetuado no caso  
276 de a entidade não cumprir a meta de inserção; v) instituição formal de meta de inserção para os  
277 Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs; vi) melhor definição das modalidades de PlanSeQs;  
278 vii) inclusão da obrigatoriedade de o MTE disseminar as metodologias dos Projetos Especiais de  
279 Qualificação – ProEsQs; viii) identificação de formas de cobrar das convenientes executoras a  
280 alimentação do Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE; ix) estabelecimento  
281 da obrigatoriedade de o MTE definir regras e procedimentos para a supervisão de convênios a  
282 serem realizadas pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTE; e, x)  
283 definição mais clara de que as representações dos trabalhadores e dos empregadores, inclusive  
284 sindicatos, poderiam participar da ação de qualificação profissional mediante a comprovação de que  
285 possuíam estrutura para tanto, sem a necessidade de ter um CNPJ independente do órgão sindical.  
286 Esclareceu que havia sido decidido, no âmbito do GTFAT, a exclusão da proposta de alteração do  
287 Termo de Referência, bem como da dispensa de deliberação, pelo CODEFAT, da distribuição dos  
288 recursos para os PlanTeQs, devendo ser marcada nova reunião, inicialmente com o GTFAT, para  
289 discutir novamente os mencionados assuntos. A Coordenadora-Geral da CGCOP finalizou,  
290 registrando que a proposta de alteração do percentual relativo ao atendimento dos portadores de  
291 deficiências, dos atuais 10%, para 2% a 10%, conforme apresentada pelo Presidente do CODEFAT  
292 na última reunião do GTFAT, seria discutida conjuntamente com a proposta de alteração do Termo  
293 de Referência. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da Força Sindical  
294 recordou que na última reunião do CODEFAT havia manifestado sua preocupação com a criação de  
295 mais uma modalidade de PlanSeQ, nesse caso o da educação formal, propondo que essa questão  
296 fosse retirada da proposta de resolução em tela. O Conselheiro da UGT observou, quanto a

297 obrigatoriedade da destinação de 10% das vagas dos PlanSeQs e do PlanTeQs para portadores de  
298 deficiências, que deveria ficar mais claro o que viria a ser *segurados da Previdência Social em*  
299 *processo de reabilitação profissional*. O Presidente fez um aparte para anunciar a presença do  
300 Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, que cumprimentou os presentes e manifestou a  
301 satisfação e honra do Banco em receber a presente reunião do CODEFAT em sua sede.  
302 Prosseguindo, o Presidente do BNDES destacou a importância do FAT para o Banco e o  
303 desenvolvimento do País. Enfatizou o compromisso do BNDES para com os trabalhadores, tendo o  
304 Banco se empenhado muito no que dizia respeito às cláusulas sociais dos projetos, buscando  
305 assegurar a criação e a manutenção de empregos. Afirmou que em 2009, período difícil de crise  
306 financeira, o BNDES havia contribuído para evitar demissões em massa, bem como a ruptura de  
307 muitas empresas. Enfatizou que a atuação do BNDES no último ano, graças aos recursos do FAT, e  
308 também do Tesouro Nacional, havia sido muito importante para a sustentação da massa de salários  
309 e da economia brasileira. O Presidente do BNDES finalizou, observando que o Banco prezava  
310 muito o relacionamento com o CODEFAT, o MTE e as centrais sindicais. O Presidente declarou  
311 que o CODEFAT é que agradecia ao BNDES pela gentileza e a hospitalidade e, em seguida, passou  
312 a palavra novamente ao Conselheiro da UGT, que inquiriu, quanto aos PlanSeQs Sociais, o que  
313 seria território circunscrito. A Coordenadora-Geral da CGCOP esclareceu que o PlanSeQ Formal  
314 precisava ser definido em uma área, sendo território circunscrito a área onde se pretendia executar a  
315 qualificação. Prosseguindo, o Conselheiro da UGT avaliou que o artigo que vedava as entidades  
316 participantes de Comissões de Concertação de conveniarem e executarem os PlanSeQs mereceria  
317 uma discussão mais aprofundada., O Conselheiro da CUT manifestou-se contrário a proposta de  
318 criação do PlanSeQ Educação Formal, ponderando que os recursos do FAT deveriam ser aplicados  
319 onde não havia nenhum recurso público. O Conselheiro da CTB declarou que não votaria essa  
320 matéria hoje, pois não haveria tempo de aprofundar a discussão sobre o tema. O Vice-Presidente do  
321 CODEFAT e Conselheiro Suplente Representante do MTE, Sr. Carlo Roberto Simi, observou que a  
322 Proposta de Resolução em tela havia sido apresentada duas vezes ao GTFAT e ao CODEFAT, no  
323 entanto, dava a impressão de que o processo estava se iniciando na presente data. Colocou a SPPE à  
324 disposição das centrais sindicais, e dos demais membros do Conselho, para iniciar, de fato, um  
325 processo de discussão mais amplo, que chegasse a alguma conclusão, a um consenso sobre o  
326 assunto. Destacou a necessidade de adequação da Resolução CODEFAT nº 575/2008 à Portaria  
327 Interministerial nº 127/2008, inclusive, em atendimento as recomendações dos órgãos de controle.  
328 O Conselheiro da UGT declarou que havia consultado os demais Conselheiros da Bancada dos  
329 Empregadores e que gostaria de apresentar a seguinte proposta: i) excluir, nesse primeiro momento,  
330 a questão do PlanSeQ Educação Formal; e, ii) conservar a redação do parágrafo da Resolução  
331 nº575/2008 que tratava da participação das entidades em Comissão de Concertação, voltando-se a

332 discutir o tema proxivamente. O Presidente do CODEFAT indagou se havia mais alguma  
333 manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Proposta de Resolução em tela com a  
334 sugestão apresentada pelo Conselheiro da UGT. Em seguida, o Presidente retornou a sequência da  
335 Pauta, passando ao **SUBITEM 1.6 - Atuação social do BNDES**. O Superintendente da Área de  
336 Inclusão Social do BNDES Sr. Ricardo Ramos, informou que com o advento da Copa do Mundo e  
337 das Olimpíadas, havia sido atribuída à área social a coordenação do apoio ao financiamento de  
338 infra-estrutura, que viesse a ser realizado pelo BNDES, nas cidades que receberiam os mencionados  
339 eventos. Destacou que estava sob a responsabilidade de seu setor toda a parte de infra-estrutura  
340 urbana, dividida em três eixos: saneamento, transporte público e intervenção em áreas de risco  
341 (favelas), bem como a parte de serviços públicos, saúde, educação, segurança e economia solidária.  
342 Destacou que a envergadura dos desembolsos do setor se dava em função das seguintes ações; i)  
343 PAC Urbano – apoio ao financiamento de toda a parte de saneamento; e, ii) Programa Emergencial  
344 de Financiamento aos Estados – PEFE – criado pelo Governo Federal, no ano passado, auge da  
345 crise, para compensar os Estados pela queda de arrecadação de tributos, que beneficiou largamente  
346 os estados do norte e nordeste, principais prejudicados pelas desonerações fiscais. Ressaltou o  
347 avanço do BNDES na questão ambiental, especialmente nos últimos três anos, destacando que a  
348 partir do PAC havia sido financiado uma série de projetos de saneamento, tanto de empresas  
349 públicas quanto privadas e, também, de municípios. Informou sobre financiamentos na área de  
350 educação, onde, em conjunto com o Ministério da Educação, contribuíram para a viabilização do  
351 programa Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Apontou que se  
352 encontrava em tratativa com o Ministério da Saúde a reativação do apoio financeiro as entidades  
353 filantrópicas do Sistema Único de Saúde – SUS, que eram estruturas importantes para o sistema de  
354 saúde, no entanto, apresentavam muitos problemas de gestão e de crédito. Quanto à economia  
355 solidária, relatou que o BNDES concedia apoio não reembolsável para estruturação das  
356 cooperativas de produção, com foco em empreendimentos situados em áreas de baixo nível  
357 econômico. Destacou que se encontrava em fase de aprovação recursos da ordem de R\$3,0 milhões  
358 para a Fundação Palmares, que congregava 51 bancos comunitários, a qual tinha uma carteira atual  
359 de R\$1,5 milhão. Enfatizou acordo celebrado com a Fundação Banco do Brasil, que era uma das  
360 instituições mais ativas nessa área da economia solidária, no sentido de apoiar financeiramente  
361 iniciativas voltadas para esse setor. O Conselheiro da UGT arrazoou que já havia visitado, no Ceará  
362 e no Mato Grosso, empreendimentos apoiados financeiramente pela Fundação Banco do Brasil,  
363 sugerindo que voltasse a ser selecionado pelo CODEFAT, para visitas, alguns empreendimentos  
364 financiados com recursos do FAT. O Superintendente da Área de Inclusão Social do BNDES  
365 finalizou, ressaltando que o Banco estava buscando descer o patamar de apoio financeiro, de modo  
366 a conceder empréstimos de pequeno valor para pessoas muito pobres, esclarecendo que o

367 microcrédito se apresentava como estratégia para a inclusão social. O Presidente abriu as inscrições  
368 para manifestação. O Conselheiro da CGTB elogiou essa apresentação da área social, destacando  
369 que havia aproximado os interesses do CODEFAT e dos dirigentes do BNDES, na medida em que  
370 houve um reconhecimento concreto e claro da necessidade de se aumentar os investimentos em  
371 micro, pequena e média empresa, que constituíam a base do emprego no País. O Presidente  
372 observou que, devido ao adiantado da hora, não seria possível realizar as demais apresentações,  
373 agradecendo a gentileza do BNDES em receber essa reunião do CODEFAT, bem como de fornecer  
374 essas informações precisas, objetivas e realistas, de modo a permitir a cada Conselheiro uma melhor  
375 compreensão sobre o papel do BNDES, ressaltando que 34% do seu patrimônio era constituído por  
376 recursos do FAT. Declarou que era um alento para todos os Conselheiros verificarem o bom  
377 direcionamento e aplicação dos recursos do FAT, acrescentando que gostaria, oportunamente, de  
378 apresentar algumas sugestões, sendo uma questão de evolução, de entendimento e, quem sabe,  
379 sugerir a criação de outras linhas de financiamento que pudessem alcançar setores que hoje não  
380 contavam com o devido reconhecimento por parte do BNDES. Na sequência, o Conselheiro do  
381 BNDES fez um aparte para esclarecer que o Banco não se orgulhava da demanda em curso na  
382 AGU, sendo uma questão de discordância das áreas jurídicas do BNDES e do MTE. Esclareceu que  
383 o entendimento do BNDES era de que não estavam 100% inadimplentes com o SAEPWeb, tendo  
384 capacidade de atendimento de, pelo menos, 90% das demandas, ressaltando que atualmente havia  
385 uma incapacidade do sistema do MTE em receptionar informações incompletas. O Secretário-  
386 Executivo do CODEFAT esclareceu que o BNDES, realmente, atendia mais de 90% das  
387 informações solicitadas, só que as fundamentais, como os valores contratados, não estavam sendo  
388 fornecidas. O Conselheiro do BNDES observou que esse não seria o momento propício para  
389 discutir essa questão, acrescentando que poderia ser tratada em uma reunião específica, caso fosse  
390 necessário. O Conselheiro da UGT solicitou o registro em Ata de que apresentaria ao MTE uma  
391 proposta de linha de crédito voltada para a inovação de máquinas e implementos na área da  
392 indústria e da panificação. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o  
393 Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,  
394 Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após  
395 aprovada, será assinada pelo Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIGI NESE  
Presidente do CODEFAT e  
Conselheiro Titular Representante da CNS

CARLO ROBERTO SIMI  
Vice-Presidente do CODEFAT e

Conselheiro Suplente Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY  
Secretário-Executivo do CODEFAT

---

*Continuação da Ata da 57ª Reunião Extraordinária do CODEFAT*

SELMO ARONOVICH  
Conselheiro Titular Representante do BNDES

---

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO  
Conselheiro Suplente Representante do MF

---

RENATO ANTÔNIO HENZ  
Conselheiro Suplente Representante do MAPA

---

QUINTINO MARQUES SEVERO  
Conselheiro Titular Representante da CUT

---

SÉRGIO LUIZ LEITE  
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

---

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO  
Conselheiro Titular Representante da UGT

---

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA  
Conselheiro Titular Representante da CGTB

---

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO  
Conselheiro Suplente Representante da CTB

---

NELSON DE ABREU PINTO  
Conselheiro Titular Representante da CNTur

---

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO  
Conselheiro Titular Representante da CNS - Saúde

---